



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

RESOLUÇÃO Nº 35/REIT - CEPEX/IFRO, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2018

Dispõe sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu em Master Business Administration* - MBA em Gestão de Cooperativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Estatuto e, considerando o Processo nº 23243.018702/2018-20, considerando a Resolução nº 89/CONSUP/IFRO/2018, considerando ainda a aprovação unânime do Cepex, durante a 14ª Reunião Ordinária, em 11/12/2018;

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu em Master Business Administration* - MBA em Gestão de Cooperativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, *Campus* Porto Velho Zona Norte, anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS

Presidente Substituto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

PROJETO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU MASTER BUSINESS ADMINISTRATION EM GESTÃO DE COOPERATIVA

Modalidade: Educação a Distância

Porto Velho - RO
2018

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA
End.:	Av. Tiradentes, 3009, Industrial
CNPJ	10.817.343-0001-05
Cidade:	Porto Velho - RO CEP: 76821-001
Fone	69-2182-9601
Email	reitoria@ifro.edu.br

Reitor: Uberlando Tiburtino Leite.

Pró-Reitora de Ensino: Moisés José Rosa Souza.

Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação: Gilmar Alves Lima Júnior.

Pró-Reitor de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis.

Pró-Reitor de Administração e Planejamento: Jessica Cristina Pereira Santos.

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Maria Fabiela Moraes de Assumpção Santos.

Coordenadora de Pós-Graduação IFRO-Reitoria: Michele Noé.

1.2. DADOS DA UNIDADE DE ENSINO

Nome	CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE
CNPJ	10.817.343/0007-92
End.	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial
Cidade	Porto Velho- RO, CEP: 76.821-002
Fone	069-2182-8924
E-mail	campusportovelhozonaorte@ifro.edu.br

1.3. CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO

Dirigente principal da instituição de ensino	
Cargo	Diretor-Geral do <i>Campus</i>
Nome	Miguel Fabrício Zamberlan
End:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial

Cidade	Porto Velho - RO CEP: 76.821-002
Fone	(69) 2182-3800
E-mail	miguel.zamberlan@ifro.edu.br

Diretor de Ensino	
Cargo	Diretor de Ensino
Nome	Samuel dos Santos Junio
End	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial
Cidade	Porto Velho - RO, CEP: 76.821-002
Fone	(69) 2182-3800
E-mail	samuel.santos@ifro.edu.br

1.4 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

O projeto foi elaborado pela equipe designada pelo Diretor-Geral do Campus Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria nº 77, de 04 de abril de 2018, cujos membros constam no quadro abaixo:

Nº	Nome	Titulação
1	Aloir Pedruzzi Junior	Mestre
2	Jonimar da Silva Souza	Mestre
3	Patrícia Feitosa Basso Miranda	Mestre
4	Ronilson de Oliveira	Mestre
5	Jéssica Holanda Renda	Graduada

Chefia da Unidade	
Cargo	Chefe de Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós graduação
Nome	Aloir Pedruzzi Junior
End	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial
Cidade	Porto Velho - RO, CEP: 76.821-002
Fone	(69) 2182-3818
E-mail	aloir.pedruzzi@ifro.edu.br

2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica composta pelas escolas técnicas, agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional. É uma instituição que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, centenária, que surgiu como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época com previsão de implantação de unidades em Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes e Vilhena e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. Especializa-se em oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo de mecanismos para educação continuada.

Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia:

- ✓ 1993: Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei 8.670, de 30/6/1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, porém;
- ✓ 2007: Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei 11.534, de 25/10/2007;
- ✓ 2008: criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII, da Lei 11.892, de 29/12/2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste;
- ✓ 2009: início das aulas e dos processos de expansão da rede do IFRO;
- ✓ 2010: implantação do *Campus* Porto Velho e início de suas atividades. O *Campus* passou a denominar-se Porto Velho Calama em 2011;
- ✓ 2011: implantação de Polos de Educação à Distância e dos primeiros cursos da modalidade no IFRO;
- ✓ 2012: implantação do *Campus* Porto Velho Zona Norte, temático para gestão da EaD;
- ✓ 2013: início das construções do *Campus* Guajará-Mirim e processo de implantação de mais dois *campi* avançados;
- ✓ 2013: instalação de 12 polos EaD;
- ✓ 2014: expansão de 12 polos EaD, passando para 24 unidades;
- ✓ 2015: convênio com a Secretaria de Educação do Estado de Rondônia para criação de 176 polos de EaD em escolas estaduais para oferta de cursos de nível técnico concomitante;
- ✓ 2016: Recredenciamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia com nota 4;
- ✓ 2017: implantação do *Campus* de Jaru.

O Instituto Federal de Rondônia está presente em vários municípios do estado e conta, atualmente, com uma reitoria e nove campi ofertando educação presencial (Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena, Colorado do Oeste, Guajará Mirim e Jaru), além de 25 polos de educação à distância (EaD). Adicionalmente, o IFRO está fazendo investimentos substanciais na ampliação de seus campus e de sua rede, já tendo formalizado termo de cooperação com o Governo do Estado para o atendimento de mais 176 polos de EaD.

2.1. HISTÓRICO DO *CAMPUS* PORTO VELHO ZONA NORTE

O *Campus* Porto Velho Zona Norte teve seu funcionamento autorizado como *Campus* Avançado pela Portaria 1.366, de 6 de dezembro de 2010. No ano de 2011, com a equipe formada pela Direção-Geral, Coordenação-Geral de Ensino e Coordenação de Administração e Planejamento, deu-se início às atividades de planejamento e implantação do *Campus* oficialmente, com a aplicação de questionários para identificação da demanda a ser atendida pelo novo *Campus* que surgira.

Com uma estrutura voltada à Educação à Distância (EaD), o *Campus* Porto Velho Zona Norte, por sua conversão de *Campus* Avançado para *Campus* regular, assume, por transferência da Pró-Reitoria de Ensino, toda a gestão administrativa e pedagógica voltada à EaD nos *Campi* e Polos Regionais do IFRO.

Passou a oferecer, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), os Cursos Técnicos em Administração, Serviços Públicos, Meio Ambiente, Reabilitação de Dependentes Químicos, Eventos, Logística, Segurança do Trabalho e Agente Comunitário de Saúde, além dos cursos do Programa Profucionário, que são Cursos Técnicos em Multimídias Didáticos, Infraestrutura Escolar, Secretaria Escolar e Alimentação Escolar. O *Campus* já alcança mais de 4.000 alunos.

Com início das atividades próprias em 2013, passou a ofertar os cursos Técnicos em Informática para Internet e em Finanças, além do Superior de Tecnologia em Gestão Pública, todos presenciais. Além disso, com a instalação dos estúdios de produção de educação à distância, abriu os primeiros cursos nesta modalidade: Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças, ainda em 2013. A partir de 2017 iniciou a oferta dos cursos Superiores de Tecnologia em Redes de Computadores e Gestão Comercial. Em 2018 iniciará o curso de Pedagogia na modalidade EaD.

Em relação aos cursos de pós-graduação, o *Campus* teve sua primeira oferta iniciada em 2015 com o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, na modalidade EaD. E a partir de 2017, passou a ofertar o curso Pós-Graduação *Lato Sensu* em Planejamento Estratégico na Gestão Pública, sendo também ofertado no segundo semestre de 2018 a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Educação a Distância na modalidade EaD.

Deste modo, com uma estrutura voltada à utilização de tecnologias no auxílio aos estudos para o ensino profissional, o *Campus* prevê uma interação homem-máquina mais ampla, com utilização de laboratórios temáticos, produção de mídias para educação e ainda utilização de um estúdio de transmissão e gravação de aulas, a fim de atender as mais diversas regiões do Estado, criando condições às comunidades para a inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho.

2.2. HISTÓRICO DO EAD NO IFRO

A educação a distância é referenciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no artigo 80 em que afirma o incentivo para o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades pelo Poder Público.

A partir das diretrizes traçadas pela LBD, a Educação a Distância é regulamentada pelo Decreto nº 5.154/2004 e Decreto nº 9.057/2017, que considera a EaD a "modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação". Por ser uma educação que ocorre em espaços e tempos diversos, as tecnologias da informação e da comunicação são muito necessárias, pois, na EaD, "a interação com o professor é indireta e tem de ser mediada por uma combinação dos mais adequados suportes técnicos de comunicação" (BELLONI, 2008, p. 54).

Assim, o IFRO apresenta-se como instituição de ensino que oferta cursos de pós-graduação em EaD, e para efetivar um processo educativo que atenda aos ditames legais, adota a Educação a Distância como conceito e prática. Para este fim, o IFRO possui em sua estrutura uma Diretoria de Educação a Distância (DEaD), de caráter sistêmico, responsável pelo acompanhamento das políticas de ensino a distância. Diretamente vinculada à Reitoria a DEaD tem sido responsável pela gestão e execução de planos e projetos em EaD no IFRO.

A proposta para o desenvolvimento das ações de Educação a Distância do IFRO está estruturada em cinco eixos: investimento em alta tecnologia; desenvolvimento de recursos pedagógicos; treinamento de pessoal técnico e docente; realização de convênios com instituições e organismos de fomento; e apoio a projetos de interesse da administração pública, especificamente da Setec/MEC. Tem-se por meta principal a institucionalização da EaD e o desenvolvimento de projetos próprios com uso de tecnologia de ponta, como transmissão por satélite e desenho educacional de cursos e projetos.

A Educação a Distância implantada no IFRO ocorre em consonância com as políticas de democratização da Educação Profissional e Tecnológica, voltadas para o acesso de pessoas envolvidas em atividades laborais específicas. Para isso, a infraestrutura começou a ser organizada com a implantação de Programas como o e-Tec Brasil e, a partir dele, o Profucionário.

Pela Rede e-Tec Brasil, o projeto de EaD do IFRO, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná — IFPR, iniciou-se no segundo semestre de 2011, com a oferta de cursos a distância pelo sistema presencial virtual via satélite, que previa inicialmente a transmissão de cinco Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio, a saber: Meio Ambiente, Logística, Segurança do Trabalho, Reabilitação de Dependentes Químicos e Eventos. No primeiro semestre de 2012, o IFRO ofertou mais seis cursos técnicos: Administração e Serviços Públicos, além dos quatro do Profucionário — Secretaria Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimídias Didáticos e Alimentação Escolar.

Ao longo do período de implantação da EaD no IFRO, foram desenvolvidas ações de planejamento e aquisição de equipamentos para instalação de um estúdio de produção de áudio, vídeo e outras mídias, bem como para instalação de uma antena com sinal de satélite próprio.

Em 2013, o *Campus* Porto Velho Zona Norte inicia a oferta de dois cursos em EaD: Técnico em Informática para a Internet e Técnico em Finanças, produzidos em seus estúdios, com equipe própria de professores e técnicos e um Ambiente Virtual de Aprendizagem construído para esta finalidade, atingindo de imediato 1.200 alunos em 12 polos. O alcance de demandas foi ampliado com cursos próprios e a inclusão do Curso Técnico em Agente Comunitário de Saúde, pela parceria com o IFPR.

Estes cursos atenderam 12 municípios, em 6 *Campi* do IFRO (Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho, Vilhena) e 6 Polos externos (Buritit, Jaru, Cerejeiras, Guajará-Mirim, São Miguel do Guaporé e São Francisco do Guaporé).

O *Campus* Porto Velho Zona Norte em 2014 amplia sua oferta com a abertura de 12 novos polos nos municípios de Alta Floresta do Oeste, Candeias do Jamari, Costa Marques, Cujubim, Espigão do Oeste, Machadinho do Oeste, Mirante da Serra, Nova Brasilândia, Nova Mamoré, Ouro Preto D'Oeste, Presidente Médici e Extrema.

Assim, o *Campus* Porto Velho Zona Norte organiza-se para produzir objetos de ensino e aprendizagem e expandir a oferta de seus cursos na modalidade a distância, proporcionalmente aos investimentos em contratação de pessoal e capacitação para o uso especializado de hiper mídias e metodologias de atendimento em EaD.

3. APRESENTAÇÃO DO CURSO

3.1. DADOS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso: *Master Business Administration* em Gestão de Cooperativa.

Modalidade: a distância.

Área de Concentração: Ciências Sociais Aplicadas.

Área de Avaliação/subárea: Administração.

Linhas de Pesquisa:

Linha 1: Gestão, Inovação e Sustentabilidade – Contribuir para criação de debate acerca de inovação e desenvolvimento regional estimulando desenvolvimento de novas tecnologias sustentáveis.

Linha 2: Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional – Estudo das Políticas Públicas propostas e implementadas na região amazônica e seus impactos no desenvolvimento sustentável da região.

Habilitação: MBA em Gestão de Cooperativa.

Carga Horária: 360h.

Requisitos de Acesso/Forma de Ingresso: portadores de diplomas de graduação em cursos reconhecidos pelo MEC.

Vagas: 40.

Campus de funcionamento: Porto Velho Zona Norte.

Prazo para integralização do Curso: de 18 a 24 meses.

3.2. DADOS DO COORDENADOR DO CURSO

Nome	Lady Day Pereira de Souza
End:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial
Cidade	Porto Velho - RO, CEP 76821-002
Fone	(69) 2182-3818
E-mail	lady.souza@ifro.edu.br

3.3. DADOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DO CURSO

Nome	Aloir Pedruzzi Junior
End:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial
Cidade	Porto Velho - RO, CEP 76821-002
Fone	(69) 2182-3818 / 69-993044280
E-mail	aloir.pedruzzi@ifro.edu.br

Nome	Lady Day Pereira de Souza
End:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial
Cidade	Porto Velho - RO, CEP 76821-002
Fone	(69) 2182-3818
E-mail	lady.souza@ifro.edu.br

Nome	Patrícia Feitosa Basso Miranda
End:	Avenida Governador Jorge Teixeira, 3.146, Setor Industrial
Cidade	Porto Velho - RO, CEP 76821-002
Fone	(69) 2182-3818 / 69-992377234
E-mail	patricia.basso@ifro.edu.br

4. JUSTIFICATIVA

Os Institutos Federais apresentam em sua prática inovações nas dimensões política, institucional e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação das políticas de educação. Em sua essência, os Institutos Federais devem exercer o papel de certificadores de competências profissionais, caracterizando-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino e oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica. Nesta perspectiva, a Lei nº 11.892/2008 estabelece como um dos objetivos dos Institutos a oferta de educação em nível superior incluindo os cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.

A formação em cursos de pós-graduação *lato sensu* permite o aperfeiçoamento do profissional, de modo que este atue com domínio sobre uma área específica, possibilitando desenvolver atividade com exímio conhecimento. Ofertar cursos que confirmem competências para o exercício com especialidade em determinada área é um dos objetivos dos Institutos Federais. Assim, o IFRO alia-se a finalidade de democratização do ensino, buscando um melhor atendimento das condições de tempo-espaço dos sujeitos do ato de aprender.

Nesse contexto, a profissionalização dos trabalhadores deverá considerar as novas perspectivas delineadas para a educação no Brasil nos termos da Lei Federal nº 9.394/96, especialmente o artigo 80, Decreto Federal nº 9.057/2017, Lei nº 11.741/2008 e o Plano Nacional de Educação Lei nº 13.005/2014, que apontam para a elevação da escolaridade e para uma concepção de formação que proporcione compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico, a valorização da cultura do trabalho e a mobilização dos valores necessários à tomada de decisões.

Destaca-se também que, apesar do Estado de Rondônia ser de formação recente, é um importante Estado da região norte com um PIB de 15 bilhões de reais. Em relação ao uso do solo na agricultura e pecuária, temos, entre as principais culturas, a produção de café -159,8 mil ha - cacau com 28,9 mil ha, milho 160,4 mil ha, arroz 159 mil ha, feijão 57,8 mil ha e mandioca com 30,6 mil ha, têm-se ainda inúmeras outras culturas com menores áreas como abacaxi, amendoim, cana-de-açúcar, melancia e tomate. As áreas cultivadas com pastagens para a agropecuária é de aproximadamente 8,3 milhões de ha com criação de gado de corte, leite, criação de cavalo e ovelhas, entre outras.

Segundo Silveira (2008), o Estado de Rondônia movimenta de 20 a 30% do Produto Interno Bruto – PIB/RO e cerca de 10% da população rondoniense é ligada a uma cooperativa ou associação. Comparativamente com o Produto Interno Bruto do Brasil, R\$ 2.1 trilhões em 2005, e R\$106,5 bilhões da região Norte e Rondônia com R\$ 12,9 bilhões, tendo participado com 12,1% e 0,6% do PIB do Brasil e Região Norte respectivamente.

Ainda conforme Silveira (2008), de 2006 a 2007, houve um incremento significativo tanto em números de cooperativas quanto em associados e empregados nos mais diversos ramos de atividades. O número da adesão de sócios cooperados à atividade econômica inspirada pelo Cooperativismo cresceu em uma taxa média de 0,91% em quantidades de Cooperativas, 3,98% em número de associados e 14,90% em número de empregados, demonstrando o bom momento para o desenvolvimento do cooperativismo no Estado.

Entretanto, embora o Estado surja com um grande potencial para o cooperativismo, tem enfrentado diversas dificuldades. A falta de conhecimento tecnológico para a implantação e manutenção das unidades produtoras é apontada como a principal causa de dificuldades de avanços nos índices de desenvolvimento da produtividade no Estado de Rondônia, que tem hoje a soja e as pastagens que apresentam bons índices de produção, tendo ainda o leite e o cultivo de milho e café com bons potenciais de aumento de produtividade. Também os altos preços dos insumos para agricultores e pecuaristas dificultam o investimento para alcançarem melhores produtividades.

Considerando-se estas dificuldades e demandas apontadas, temos ainda uma série de situações que influenciam diretamente na necessidade da oferta do Curso de MBA em Gestão de Cooperativas. Entre elas, podemos citar as seguintes: o avanço científico e tecnológico, a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações, a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços, a tendência à conglomeração das empresas, a crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e a formação de blocos econômicos regionais, e ainda, a busca de eficiência e de competitividade industrial, por meio do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho. Todas estas são, entre outras, evidências das transformações estruturais que modificam os modos de vida, as relações sociais e do mundo do trabalho, e impõem novas exigências às instituições responsáveis pela formação profissional dos cidadãos. Nesse cenário, ampliam-se a necessidade e a possibilidade de formar pessoas capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia e dele participar de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho.

Dessa maneira, o IFRO, considerando a demanda social e as diretrizes legais, busca oferecer o Curso de MBA em Gestão de Cooperativas, em conformidade com os fundamentos legais que orientam a educação brasileira. Este encontra-se direcionado para aqueles que estão atuando junto às Cooperativas

do Estado de Rondônia.

Cooperar significa trabalhar simultaneamente ou coletivamente com outras pessoas na busca por um objetivo comum. A palavra “Cooperar” deriva etimologicamente da palavra latina “cooperari”, formada por “cum” (com) e “operari” (trabalhar); ela significa trabalhar juntamente com os outros para um mesmo fim. Cooperação é o método de ação pelo qual indivíduos ou famílias com interesses comuns constituem um empreendimento, no qual os direitos de todos são iguais e a sobra alcançada é repartida somente entre os associados, na proporção de sua participação na atividade societária. E a forma de trabalho que, no mesmo lugar e em equipe, trabalha-se planejadamente no mesmo processo de produção ou em processos distintos. Em sentido lato, significa: ato de unir e coordenar meios e esforços de cada um para a realização de uma atividade comum, visando um resultado procurado por todos. Posto isto o Cooperativismo, “é uma doutrina que tem como objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação, formadas por indivíduos livres que realizam a gestão da produção e que participariam igualmente dos bens produzidos” (TUDO, 1977).

O cooperativismo é um movimento voltado para formas associativas e democráticas de organização da produção do trabalho e do consumo com o foco no atendimento das necessidades comuns dos seus associados e não apenas no lucro, o que o diferencia dos demais empreendimentos. Embora sejam sociedades sem fins lucrativos, as cooperativas atuam numa economia de mercado e em concorrência com empresas essencialmente privadas. Apesar das diferenças na propriedade do capital, na destinação dos resultados e na relação com as comunidades, as cooperativas agem em um ambiente competitivo em que predominam o mercado e as empresas capitalistas e, portanto, devem estar bem preparadas.

Diante disso, o sistema cooperativista depara-se com o desafio de atender às demandas sociais de seus cooperados e de seu entorno. E, ao mesmo tempo, desenvolver-se em conformidade com um mercado altamente competitivo. Neste contexto, é de grande importância a formação do cidadão para o trabalho em Cooperativas, dando-lhes formação acerca da sua doutrina, de seus pressupostos, de sua forma social, oportunizando participar de forma conjunta e sólida do mercado de bens e serviços.

Em se tratando de Rondônia, a comercialização de produtos, especialmente os advindos da agricultura familiar, é bastante problemática, com grandes variações de oferta e preços, o que dificulta ao agricultor familiar/camponês isoladamente manter-se de forma estável no mercado. A partir da década 90, o ambiente de crise generalizada (do trabalho assalariado, crise ambiental, moral e ética, etc.), propiciou mudanças nas relações sociais e de trabalho bem como o surgimento de algumas experiências que estão sendo construídas pelos trabalhadores e trabalhadoras e pelos setores populares.

Esses empreendimentos associativos vêm se organizando e diversificando as atividades produtivas e orientando democraticamente suas ações para acessar os recursos públicos e integrar melhor seus membros aos diferentes mercados. Desta forma, asseguram outras funções (não mercantis) de interesse comum ou geral que beneficia o reconhecimento, conquistando um apoio institucional e/ou financeiro público (municipal, estadual ou federal), como aponta Sabourin, (2006). Esses empreendimentos auxiliam na sustentação e melhoria das atividades dos seus membros, eliminando, em parte, o intermediário mais imediato.

As cooperativas, em termos ético/moral, geralmente, adotam um modelo de gestão voltado para os processos de decisão coletiva, democrática e participativa, baseados nos princípios que norteiam o movimento cooperativista mais geral. Do ponto de vista econômico, as cooperativas têm condições de praticar a equidade e igualdade e permitir a redistribuição dos resultados socioeconômicos de forma proporcional ao trabalho de cada membro. Porém, em muitos casos, a falta de conhecimento e de formação profissional têm impedido que essas estruturas atuem de forma exitosa para produzir o almejado bem-estar social e econômico dos seus associados e da comunidade em que estão inseridas.

Outros desafios são colocados para as cooperativas. Entre eles: a) obstáculos na comercialização; b) dificuldades para o acesso a crédito; c) falta de apoio e assistência técnica; d) insuficiência de recursos para cobrir as despesas e na geração de excedentes para seus membros, que buscam renda para o sustento familiar; e) ausência de infraestrutura para escoar ou vender a produção; f) preços inadequados; g) falta de controle eficiente do fluxo de entrada e saída de recursos; h) carência de controle de qualidade dos produtos; i) dificuldades no processo produtivo; j) dependência de ajuda externa e baixo nível de escolaridade (SENAES, 2009).

Portanto, a sustentabilidade econômica dessas organizações requer, além da compreensão da importância da união e da presença do apoio externo e de conhecimentos mais específicos que poderão ser acessados através de uma capacitação profissional dos envolvidos nas organizações cooperativas e dos interessados em apoiar esses empreendimentos.

Com base em todo o exposto quanto às especificidades do campo e quanto às legislações, propõe-se a realização do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em MBA em Gestão de Cooperativas, voltado principalmente para o público que atualmente tem atuado nas cooperativas de serviços, seja de beneficiamento e/ou de comercialização dos produtos, um canal mais justo e seguro para garantir o acesso aos mercados privados e institucionais, um meio para aumentar suas rendas e ocupações, além de diversificar e melhorar a qualidade da matéria-prima e dos seus produtos finais.

5. OBJETIVOS

5.1. OBJETIVO GERAL

Habilitar profissionais em nível de pós-graduação *lato sensu* para atuar na Gestão de Cooperativas, nas esferas do planejamento, implantação, gestão e metodologias de projetos.

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar princípios, metodologias e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de gestão de cooperativa;
- Oportunizar a construção de habilidades e competências pertinentes às atividades do cooperativismo;
- Contribuir para a implementação democrática, participativa e socialmente responsável de projetos;
- Promover uma cultura de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a gestão de cooperativa, privilegiando a verticalização, bem como buscando a integração entre as instituições educacionais, comunidade local e o setor produtivo;

6. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo ao qual se destina o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em MBA em Gestão de Cooperativas compreende os portadores de diplomas de graduação em cursos reconhecidos pelo MEC.

7. FORMA DE INGRESSO

As formas de ingresso serão definidas via edital público, em que constarão as especificidades do processo seletivo e requisitos mínimos exigidos para ingresso no curso.

8. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de MBA, em Gestão de Cooperativa deve apresentar, ao final do curso em termos de competências e habilidades, capacidade para gerenciar cooperativas, de modo a ser capaz de criar, planejar, implantar e administrar atividades voltadas às mais diversas formas de cooperativismo com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região. O profissional estará qualificado a trabalhar no gerenciamento de vários setores e níveis de organização de uma cooperativa, aplicando tecnologias e estimulando um ambiente participativo, democrático e justo.

9. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CURSO

A proposta pedagógica do curso deve refletir os princípios de formação profissional e humana com base no projeto de sociedade, nos objetivos, bem como no perfil do egresso. Estes encontram-se amparados na carta magna de 1988 e na legislação educacional brasileira, com base nestes princípios norteadores, apresentamos a concepção pedagógica.

9.1. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

O instrumento indelével de um processo educativo é o poder de construção do conhecimento e a utilização da educação como mecanismo de transformação pessoal, profissional e social. É com este propósito que se apresenta a qualificação do profissional que atua no setor público de modo que seja capaz de atuar com propriedade e posse de habilidades e competências necessárias à transformação da prática baseada no planejamento estratégico, resultando em uma gestão pública eficaz.

A educação e a formação profissional aliam-se ao contexto social na composição da tríade educativa. Neste processo, eis que na perspectiva de Lévy (1999), não se pode mais conceber o mundo sem tecnologia. As tecnologias intelectuais amplificam, exteriorizam e modificam várias funções cognitivas humanas como a memória, a imaginação, a percepção e o raciocínio. Além de favorecerem novas formas de acesso à informação e novos estilos de raciocínio e de conhecimento.

É patente que a educação se faz por meio da prática, e esta precisa estar constantemente atualizada e devidamente abalizada na doutrina pedagógica, nas diretrizes curriculares, e nas metodologias didáticas que promovem o processo educativo de construção e desenvolvimento de habilidades e competências humanas, sociais e profissionais (GARDNER, 2012).

É condição da *práxis* educativa conceber, construir, utilizar e gerir as atividades e recursos, seu acompanhamento efetivo e análise de seus resultados, posto que esta é "o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens" (SAVIANI, 1991, p 21).

O ato educativo no Instituto Federal de Rondônia em qualquer de suas modalidades deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos.

Com vistas a atender a evolução tecnológica, ampliar as oportunidades educacionais e oferecer qualificação em caráter de especialização é necessário reconhecer que a proposta metodológica está composta de forma a proporcionar a formação integral do estudante por meio da atualização profissional, buscando contribuir para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, prático, crítico e político, pois na perspectiva de Paulo Freire (2012):

Ensinar exige rigorosidade metódica: o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. Uma de suas tarefas primordiais é trabalhar com os educandos a rigorosidade metódica com que devem se "aproximar" dos objetos cognoscíveis. E esta rigorosidade metódica não tem nada que ver com o discurso "bancário" meramente transferidor do perfil do objeto ou do conteúdo. É exatamente neste sentido que ensinar não se esgota no "tratamento" do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. Faz parte das condições em que aprender criticamente é possível a pressuposição por parte dos educandos de que o educador já teve ou continua tendo experiência da produção de certos saberes e que estes não podem a eles, os educandos, ser simplesmente transferidos. Pelo contrário, nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente de saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser.

Partindo da ideia de mediação na perspectiva de Vygotsky, compreende-se esta como inerente ao processo educativo e no atual contexto, imprescindível ao uso das TICs, e exatamente por esse grau, apresenta-se a utilização de estratégias que possibilitem a postura crítica, ética, solidária e criativa articulada a implementação de tecnologias, em especial aquelas que permitam ao aluno desenvolver-se de forma autônoma, tornando-o o agente ativo do seu processo educativo.

Para efetivar um processo educativo que atenda estes propósitos, que se estruture em curto prazo, com prevalência da justa qualidade em um currículo articulado com as demandas das tecnologias, e destinado a habilitar profissionais capazes de promover uma gestão pública estratégica e aliada aos princípios da excelência, apresenta-se o curso de Especialização *Lato Sensu* em MBA em Gestão de Cooperativa como conceito e prática de complementação e potencialização educacional.

O curso ora proposto permite o emprego de metodologias participativas, a vivência das situações de ensino, pesquisa, extensão e de gestão, para nelas promover a atuação prática à luz da reflexão teórica. Concebido dentro da proposta de uma pedagogia sociointeracionista e fundamentado nos seguintes pressupostos:

- a. A integração entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, a qual contribui para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos, sustentando-se nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização e flexibilidade como exigência da prática educativa;
- b. A necessidade da formação de um profissional que possa atuar em diversos níveis e modalidades na gestão de cooperativa e como gestor de projetos;
- c. A contribuição da pós-graduação para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos que atuam ou venham a atuar na gestão de cooperativa, sustentando sua prática pedagógica nos princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da flexibilidade ante as exigências crescentemente adaptativas.

9.2. EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O curso está estruturado com uma equipe de profissionais especialistas, mestres e doutores nas áreas que abrangem os blocos temáticos da formação. Além dos profissionais das áreas específicas, o curso conta com o apoio da Diretoria de Educação a Distância do IFRO, que irá construir o Ambiente Virtual de Aprendizagem onde será realizada a interação virtual.

As equipes que atuarão no curso possuem o seguinte perfil e atribuições:

9.2.1. Profissionais das áreas específicas

Professor da disciplina: Profissional responsável pelo planejamento e desenvolvimento da disciplina. Terá como atribuição: elaborar a ementa, plano de ensino e o plano instrucional de seu respectivo componente curricular; organizar e executar as atividades no(s) encontro(s) presencial(is); realizar correção das atividades da disciplina; promover orientação e *feedback* com os alunos da turma sob sua responsabilidade.

Professores orientadores: Profissional com formação, experiência e produção acadêmica na linha de pesquisa em que se propõe a orientar Trabalhos de Conclusão de Curso. Podem ser incluídos neste grupo profissionais de outras instituições, desde que com a prévia aprovação da Coordenação do Curso e anuência da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Estes profissionais não estão vinculados, obrigatoriamente, à docência de disciplinas no curso.

Tutores da disciplina: compreende o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão realizados no AVA, correspondências virtuais e participação em chats. Tem a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a distância, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos, assistir os alunos nas atividades e acompanhar as atividades do AVA.

Apoio administrativo: auxilia os alunos quanto às questões acadêmicas e administrativas;

9.2.2. Profissionais das Áreas Técnica e Tecnológica

Diretoria de Educação a Distância (DEAD): Compõe-se de profissionais com formação e experiência na área em que coordenarão a capacitação profissional dos demais profissionais do curso para atuação em EaD. Esta capacitação está, inclusive, prevista dentro da política de formação inicial e continuada do IFRO. Os profissionais da DEAD também deverão criar/estruturar o Ambiente Virtual de Aprendizagem com os recursos e objetos constantes nos Planos Instrucionais das disciplinas do curso e prestar assessoria na organização e desenvolvimento de webconferências e videoconferências e na gravação de videoaulas.

Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI): Profissionais com formação e experiência na área de logística do curso, tornando possível o acesso, a utilização e o desenvolvimento das atividades *online*.

Departamento de Produção de Educação a Distância (DEPEAD): Profissionais técnicos responsáveis pela organização do Ambiente Virtual de Aprendizagem, diagramação e revisão de materiais didáticos.

9.3. ARQUITETURA PEDAGÓGICA (AP)

O curso tem duração de até 18 meses, podendo ser prorrogado por mais 6 meses. O curso será contemplado com a carga horária de 360 horas, nestas estão computadas o tempo de aula, as atividades no ambiente virtual de aprendizagem, como apoio de tutoria, para o estudo individual ou em grupo e a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Os encontros presenciais serão para realização das avaliações.

A proposta baseia-se em uma prática educacional como a ação dialética entre professor e aluno, fazendo uso dos recursos de informação e comunicação para viabilizar e aperfeiçoar a relação Professor-Aluno-Saber, para isso serão utilizadas um conjunto de tecnologias de informação e comunicação nas relações entre docente e aluno, desdobrando-se em novas relações com o conhecimento, que aponta para uma marca da EaD que constitui, por sua vez, uma concepção de Educação a Distância baseada na ideia de autoaprendizagem ou de autonomia, tal concepção está centrada no “sujeito aprendente, considerado como um indivíduo autônomo, capaz de gerir seu próprio processo de aprendizagem” (BELLONI, 1999). Dessa maneira, há a vantagem de se estudar onde e quando for mais conveniente e adequado, livre da rigidez das rotinas escolares, porém, cabe destacar que isso exigirá em contrapartida a maturidade do aluno no “gerenciamento” de suas práticas de aprendizagem ou estudo, resultando num sujeito ou aprendiz autônomo.

Soma-se a proposta o desenvolvimento de atividades contextualizadas e de experiência prática ao longo do processo de formação, com a utilização de ferramentas disponibilizadas no contexto das novas TIC, tais como: vídeos, fóruns, chats e a utilização da biblioteca (física e virtual), possibilitando aos cursistas o desenvolvimento da autonomia da aprendizagem e, ainda, a facilidade na busca da informação e construção do conhecimento. O caráter interdisciplinar do curso está respaldado na programação de palestras e debates com gestores convidados, por meio de web conferências e outras ferramentas de transmissão online, fomentando a reflexão sobre assuntos que estão no estado da arte, recebendo atenção especial dos dirigentes públicos.

A aulas acontecerão no Ambiente Virtual de Aprendizagem totalmente a distância com um encontro presencial avaliativo. As interações entre professores e estudantes acontecerão por meio de fóruns em Ambiente Virtual, E-mails e *Whatsapp*.

9.3.1. Aspectos Metodológicos

O curso é ofertado na modalidade à distância, distribuído em doze disciplinas, sendo: Introdução ao Estudo do Cooperativismo, Tecnologia da Informação para Negócios, Gestão Financeira, Análise Contábil das Cooperativas, Legislação Cooperativista, Planejamento Estratégico, Gestão de Pessoas, Estratégia de Marketing, Governança Corporativa, Gestão de Projetos, Metodologia e Trabalho de Conclusão de Curso - TCC.

Os materiais didáticos das aulas serão disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde também estarão as atividades a serem desenvolvidas (avaliação de percurso e avaliação de verificação de conhecimento), os materiais, comunicados, notas e acesso para comunicação entre alunos e tutores a distância. Haverá os momentos presenciais de avaliação, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

Haverá atendimento remoto, com a utilização de ferramentas específicas do AVA, para sanar dúvidas de conteúdo, por parte dos tutores, e dúvidas quanto às questões técnico administrativas, por parte dos tutores administrativos. O acesso regular ao AVA é obrigatório e o aluno deve cumprir os prazos divulgados em calendário acadêmico e nos recursos do próprio AVA. A falta de acesso ao ambiente configura ausência e não cumprimento das atividades obrigatórias do curso, o que pode acarretar a reprovação do aluno.

A estrutura é baseada na educação interativa, significativa e flexível, pautada nos princípios de autonomia, cooperação e interação e com o uso de recursos tecnológicos como suporte, composto pelo seguinte itinerário: Acesso às webaulas; Estudos a distância: avaliação de percurso e avaliação de verificação de conhecimento; Realização de avaliações presenciais; Apresentação do trabalho de conclusão de curso.

Assim, o modelo pedagógico do curso propõe a seguinte sequência didática:

Sequência Didática do curso		
Ordem	Atividade	Descrição
1	Semana de integração	Neste período ocorrerá apresentação sobre o Moodle, o AVA ficará disponível aos estudantes uma semana antes do início das disciplinas
2	Aula Inaugural e videoconferência de Abertura.	Na aula inaugural será realizado uma Vídeo conferência que incluirá a palavra do Reitor do IFRO, do Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e entrevista com um professor conferencista. A vídeo conferência será postada no AVA.
3	Aulas presenciais e virtuais	Será oferecida uma ou duas disciplina por vez, seguindo o cronograma do curso. Todos os recursos, atividades e links a textos/vídeos serão disponibilizados nos planos de ensino de cada disciplina. Nas aulas a distância será realizado o aprofundamento teórico e aplicação dos conceitos, por meio da leitura dos textos, elaboração das atividades e as devolutivas por parte do professor da disciplina. Podem ainda ser apresentadas aulas gravadas, vídeos, tutorias, com transmissão via internet, às quais o aluno poderá assistir a partir de seu próprio computador. Os recursos serão disponibilizados no AVA, conforme cronograma
4	Estudos a distância	Os estudos a distância estarão apoiados em avaliação de percurso e avaliação de verificação de conhecimento – e no aprofundamento em materiais de apoio, constituindo-se em atividades avaliativas desenvolvidas ao longo da disciplina e realizadas por meio do AVA;
5	Avaliações presenciais	São obrigatórias para a conclusão das disciplinas e do curso; compreendem avaliação presencial em cada disciplina da grade e a defesa oral do TCC. As avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário
6	Repositiva	Será previsto no cronograma do curso um período de recuperação que consistirá na realização de avaliação elaborada pelo professor da disciplina.
7	Trabalho de conclusão de curso	No cronograma do curso será previsto um período de orientação para a elaboração do TCC. A elaboração deste deverá ser acompanhado pelo professor orientador, entregue conforme a Resolução nº 31/ CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015. Os TCCs serão apresentados para uma banca de professores para sua aprovação.

O aluno deve assistir às aulas e cumprir as atividades – o não cumprimento do calendário programado acarretará reprovação do aluno nas disciplinas. Posteriormente, deve realizar as avaliações presenciais e a defesa de TCC, que são obrigatórias; as avaliações presenciais seguirão dias e horários especificados em calendário acadêmico.

9.3.2. Aspectos tecnológicos

Será construído um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na Plataforma MOODLE. — O AVA é um espaço na internet formado pelos sujeitos e suas interações e formas de comunicação que se estabelecem através de uma plataforma. (BEHAR; PASSERINO e BERNADI, 2007, p. 06). O conceito de plataforma é aqui entendido como uma infraestrutura tecnológica que é constituída por funcionalidades e interface gráfica que compõe o AVA. Neste espaço, o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades, assim como poderá interagir com os demais colegas e tutores da disciplina.

Neste sentido, o ambiente virtual onde ocorrerá a interação entre os sujeitos, a disponibilização dos recursos e atividades, os textos e vídeos será a Plataforma MOODLE, configurada conforme as necessidades específicas deste curso. Além dos recursos voltados para a interação e realização de atividades,

serão postados os seguintes vídeos/textos no AVA: Vídeo de apresentação da disciplina, vídeo de orientações das atividades, textos em PDF que serão as leituras basilares das disciplinas, vídeos sugeridos pelos professores, postados na Estante de Vídeos, material instrucional elaborada pelo professor da disciplina.

9.4. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação do acadêmico será realizada como parte integrante do processo educativo, acontecerá ao longo do curso de modo a permitir reflexão-ação-reflexão na perspectiva de regulação da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, formativa, processual e somativa (PERRENOUD, 2010). A Avaliação, como um processo contínuo e concomitante às atividades do aluno, é um recurso metodológico de reorientação dos processos de ensino e aprendizagem, e encaminha para um processo dialógico, cooperativo, interativo, onde professor e aluno aprendem juntos, o que possibilita a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos.

Neste curso o modelo de avaliação deve considerar seu ritmo e estilo de aprendizagem, de forma a ajudá-lo a desenvolver desempenhos ascendentes de competências, descritas por conhecimentos, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso. Serão utilizados principalmente métodos e instrumentos como: estudo de caso, avaliações individuais, mapas conceituais, desenvolvimento de projetos, seminários, elaboração de artigos e apresentação do trabalho final.

A avaliação da aprendizagem deverá priorizar a aplicabilidade do conhecimento, e das habilidades e competências desenvolvidas ao longo das disciplinas. Deve considerar a apropriação dos conteúdos, a apropriação e aplicação de métodos e técnicas participativas e suas variações, e apropriação e aplicação de modelo de participação coletiva.

Os resultados quantitativos serão traduzidos em notas numa escala de 0 (zero) a 100 (cem), estando aprovado o estudante que obtiver uma média final igual ou superior a 60 (setenta) pontos em cada componente curricular. O percentual da avaliação e atividades deverão seguir o Art. 56 da Resolução Nº 17/REIT - CONSUP/IFRO, DE 26 DE MARÇO DE 2018, que trata da organização acadêmica nos cursos de Pós-Graduação.

Assim, farão jus ao certificado de MBA em Gestão de Planejamento Estratégico no Setor Público, apenas os alunos que tiverem obtido aproveitamento igual ou superior a 60 (sessenta) em todas as disciplinas, bem como ter realizado as atividades disponibilizadas no ambiente virtual, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos e assegurados.

9.5. AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do Curso deverá favorecer ao aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e à consolidação de práticas pedagógicas que venham a reafirmar a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

As dimensões de avaliação do curso são: avaliação de desempenho dos professores e a avaliação da coordenação. A avaliação de desempenho dos professores será realizada pelos estudantes ao final de cada componente curricular em formulário específico, quando serão avaliados aspectos como vinculação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação, dentre outros. A avaliação da coordenação será realizada pelos alunos e por todos os professores que atuam no curso. Deverá avaliar a capacidade de resolução de problemas, organização e empatia da coordenação.

9.6. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS E CERTIFICAÇÃO

O aproveitamento de estudos e certificação ocorrerá conforme o que estabelece as normativas do IFRO e legislação em vigor. Nesse sentido, poderá acontecer aproveitamento de disciplinas, de acordo com a oferta do curso, levando-se em conta a realidade da instituição que as ofereceu e análise realizada pela comissão coordenadora do curso, levando em consideração a matriz curricular, ementa, referências e carga horária do Curso de Especialização *Lato Sensu* em MBA em Gestão de Cooperativa, conforme as orientações contidas na Resolução nº 17/CONSUP/IFRO de 26 de março de 2018, que dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação do IFRO.

O Aproveitamento de estudos é a prática de reconhecimento e aceitação de estudos concluídos em uma ou mais disciplinas, com resultado suficiente para promoção atestada por instituições de ensino reconhecidas legalmente, quando os estudos realizados na instituição de origem contemplarem, no mínimo, 75% dos conteúdos e da carga horária da disciplina no projeto pedagógico do curso de destino. As disciplinas de Pós-Graduação cursadas em outras instituições ou no próprio IFRO poderão ser aceitas, mediante aprovação da Coordenação de Curso juntamente com os professores da disciplina, conforme Art. 82 da Resolução nº17 CONSUP/IFRO.

Ao concluir todas as etapas do curso com aproveitamento e aprovação no Trabalho de Conclusão de Curso, o aluno fará jus ao título de MBA em Gestão de Cooperativa. O certificado será expedido pelo Instituto Federal de Rondônia, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 01/2018, de 06 de abril de 2018. O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto nas normas internas relativas ao registro escolar do IFRO.

Apenas será concedido o certificado ao aluno que obtiver, no mínimo nota 60 (setenta) e frequência de 75% (nas atividades presenciais) em todas as disciplinas do Curso e no TCC, conforme disposto no art. 31 do Regulamento geral de cursos de pós-graduação do IFRO.

O aluno que não cumprir integralmente a matriz curricular, segundo definido no projeto pedagógico, e atingir no mínimo 180 horas no curso, fará jus ao certificado de aperfeiçoamento, conforme o art. 92 da Resolução nº 17/REIT - CONSUP/IFRO.

9.7. PERFIL DO EGRESSO

O egresso do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* MBA em Cooperativismo, ao final do curso deve apresentar, capacidade para gerenciar cooperativas, de modo a ser capaz de criar, planejar, implantar e administrar atividades voltadas às mais diversas formas de cooperativismo com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região. O profissional estará qualificado a trabalhar no gerenciamento de vários setores e níveis de organização de uma cooperativa, aplicando tecnologias e estimulando um ambiente participativo, democrático e justo.

10. O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso (TCC) constitui-se como atividade curricular obrigatória e compreende a elaboração e a apresentação, preferencialmente, de um projeto desenvolvido ao longo do curso, cujo foco será um determinado desafio identificado ao longo do curso ou pela própria vivência e experiência profissional do cursista.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) oportunizará aos alunos discussões para o desenvolvimento de um estudo a ser apresentado publicamente. O resultado da execução do referido projeto poderá ser, conforme Resolução nº 31/CONSUP/IFRO, de 06 de agosto 2015:

I. Projeto de pesquisa, com a perspectiva de prosseguir os estudos em nível de pós-graduação *Stricto Sensu*, a ser defendido em arguição;

II. Projeto de inovação de processo ou produto e artefato ou protótipo, abrangente e estratégico para a sociedade e para a área de conhecimento do curso, neste caso, acompanhado do projeto e do relatório de pesquisa desenvolvida para a confecção do artefato ou protótipo, a serem defendidos em arguição;

III. Pesquisa científica no formato de artigo;

IV. Projeto de extensão.

Cada TCC será feito individualmente, podendo, de acordo com a natureza do projeto e em atendimento às peculiaridades do curso, ser desenvolvido por mais de um acadêmico depois de aprovação do colegiado do curso.

Para realizar a pesquisa, o aluno deverá apresentar o projeto do seu trabalho de conclusão à Coordenação do Curso, no qual deverá especificar no mínimo:

1. Título do Projeto;

2. Formulação e delimitação do Problema;
3. Justificativa;
4. Objetivos (geral e específicos);
5. Fundamentação teórica;
6. Método e Procedimentos;
7. Cronograma da Pesquisa;
8. Indicação de orientador;
9. Declaração de Compromisso com assinatura do aluno.

Haverá um grupo de professores responsáveis pela orientação dos TCC's e um professor responsável pela disciplina TCC. Assim, o TCC será orientado por um professor que integra o corpo docente e deverá ser apresentado para a integralização do curso, após a conclusão de todas as disciplinas previstas na matriz curricular. Ele expressará os processos de aprendizagem, o comprometimento pessoal e o envolvimento docente no projeto.

O agendamento da apresentação dos TCC's deverá ser feito pelo orientador, após a conclusão do trabalho, dentro do prazo estabelecido para a integralização do curso. O calendário de apresentação dos TCC's será disponibilizado aos orientadores e aos discentes em tempo hábil pela coordenação do curso.

A defesa será feita por banca examinadora composta pelo orientador e dois docentes, podendo ser presencial. A banca examinadora, após a apreciação dos trabalhos, atribuirá o resultado final: Aprovado, Aprovado Com Restrições ou Reprovado, com notas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. No caso da Aprovação com restrições será concedido ao aluno o prazo de, no máximo 30 dias corridos a contar da data da apreciação do TCC para o cumprimento das exigências da banca examinadora.

11. MATRIZ CURRICULAR

O curso de MBA *Lato Sensu* em Gestão de Cooperativa está estruturado com doze disciplinas, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro: Matriz Curricular
COMPONENTES CURRICULARES CARGA HORÁRIA

DISCIPLINAS	CH
Metodologia da Pesquisa Científica	30
Introdução ao Estudo do Cooperativismo	30
Tecnologia da Informação para Negócios	30
Gestão Financeira	30
Análise Contábil das Cooperativas	30
Legislação Cooperativista	30
Planejamento Estratégico	30
Gestão Estratégica de Pessoas	30
Estratégia de Marketing	30
Governança Corporativa	30
Gestão de Projetos	30
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	30
Carga Horária Total do Curso	360

12. EQUIPE DE PROFESSORES

De acordo com o Regulamento geral de cursos de pós-graduação do IFRO e com a Resolução no 1 do Conselho Nacional de Educação - CNE de 6 de abril de 2018, o corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente. Sendo constituído, prioritariamente, por docentes do IFRO, mas, profissionais de outras Instituições poderão integrar o projeto, desde que não ultrapassem a 1/3 (um terço) do total de docentes.

13. ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO DE NATUREZA ACADÊMICA, DE APOIO PEDAGÓGICO E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Conforme o art. 9, da Resolução nº 08/2015, a Pós-Graduação no IFRO está organizada em três níveis de gestão:

- I. Coordenação Geral de Pós-Graduação PROPESP/Reitoria: fomentar e acompanhar as atividades e políticas de Pós-Graduação do IFRO;
- II. Coordenação de Pós-Graduação: fomentar e acompanhar as atividades da Pós-Graduação do *Campus*;
- III. Coordenação de Curso: coordena, fomentar, executar e acompanhar ações no âmbito do curso.

13.1. COORDENAÇÃO DE CURSO

À coordenação do curso compete:

- Convocar e presidir as reuniões da Comissão Coordenadora, com direito ao voto de qualidade;
- Quando convocado, representar a Comissão em reuniões da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e do Colégio de Dirigentes;
- Executar as deliberações da Comissão e o que estabelecem as normas de funcionamento do Curso de Pós-Graduação MBA em Gestão de Cooperativa;
- Indicar, dentre os membros da Comissão Coordenadora de Curso de Pós-Graduação MBA em Gestão de Cooperativa, um Coordenador Adjunto;
- Comunicar à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação qualquer mudança ou irregularidade no funcionamento do Curso de Pós-Graduação MBA em Gestão de Cooperativa, solicitar e indicar correções necessárias;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria submetida a análise da Comissão;
- Decidir sobre matéria de urgência *ad referendum* da Comissão Coordenadora do Curso de Pós-Graduação MBA em Gestão de Cooperativa e encaminhando à Comissão para a aprovação no período regimental do IFRO.

13.2. DIRETORIA DE ENSINO

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do Campus e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Coordenação de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca.

13.3. COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

13.4. COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

13.5. DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO *CAMPUS*

Atende às necessidades da Instituição também de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para as novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos. Por meio da Coordenação de Pesquisa Inovação, trabalha com programas de fomento, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) Júnior e outros, e projetos específicos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvidos no âmbito interno ou não, envolvendo apenas os alunos e professores como também a comunidade externa.

13.6. DEPARTAMENTO DE PRODUÇÃO DE EAD

Articula-se com as Diretorias e demais Departamentos, sendo responsável pela operacionalização de ambientes de aprendizagem em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais. Conta com as seguintes seções de apoio:

13.6.1. COORDENAÇÃO DE DESIGN VISUAL E AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA) é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD.

13.6.2. COORDENAÇÃO DE MATERIAL E DESIGN INSTRUCIONAL (CMDI)

Esta coordenação possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação à Distância.

13.6.3. COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO E GERAÇÃO AUDIOVISUAL (CPGA)

É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. O Departamento de Produção de EaD tem ainda, como serviços específicos articulado com a Coordenação de Apoio ao Ensino:

Revisão de Língua e Linguagem: Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

Coordenação de Gestão de Polos: Gerencia os polos quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos *Campi* e coordenadores de polos.

13.7. DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO

Orienta os agentes das comunidades interna e externa para o desenvolvimento de projetos de extensão, considerando a relevância destes e a viabilidade financeira, pedagógica e instrumental do *Campus*; participa de atividades de divulgação e aplicação dos projetos, sempre que oportuno e necessário; oferece orientação vocacional aos alunos. Em geral, o Departamento de Extensão apoia a administração, a Diretoria de Ensino e cada membro das comunidades interna e externa no desenvolvimento de projetos que favoreçam ao fomento do ensino e da aprendizagem. Usa como estratégia a projeção, a instrução, a logística, a intermediação e o marketing. Coordenação de Formação Inicial e Continuada: articula a elaboração, acompanha a execução e avalia projetos de formação inicial e continuada em âmbito interno e externo dentre outras atividades inerentes ao departamento de extensão.

13.8. COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação, vinculada à Direção-Geral, é o setor com a finalidade de criar e manter condições de funcionamento das atividades ligadas à tecnologia da informação no *Campus*, bem como desenvolver serviços e prover suporte especializado ao ensino, pesquisa, extensão e administração, visando ao desenvolvimento de suas atividades laborais.

14. AMBIENTES EDUCACIONAIS E RECURSOS DIDÁTICOS DE SUPORTE

O curso contará com o apoio de setores de apoio pedagógico e técnico-administrativo, comuns a todos os cursos do IFRO, mas com serviços especializados para o atendimento às demandas específicas da área de formação.

14.1. AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é desenvolvido no *Campus* Porto Velho Zona Norte como ferramenta de suporte pedagógico e de complementação de carga horária. Nos cursos de pós-graduação deverão ser utilizados com esta finalidade conforme a disposição no edital de oferta.

Quando da utilização, seu objetivo é propiciar recursos para consulta de material didático, textos complementares, realizar atividades didáticas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual e mediante prévio cadastro do acadêmico.

Assim, o objetivo desse ambiente é propiciar recursos para consulta de material didático, textos complementares, realizar atividades didáticas e outras atividades relacionadas ao curso. É uma ferramenta acessada com senha individual, que funcionará como ambiente de apoio à aprendizagem.

O ambiente virtual de aprendizagem do *Campus* Porto Velho Zona Norte é planejado para atender às demandas da EaD, e para isso, apresenta a estudantes e professores um ambiente fácil e leve, quanto ao acesso, navegação e visualização. Ainda é disponibilizado o acesso aos serviços de: informações acadêmicas, notas, calendários, informações pedagógicas, cronogramas, arquivos disponíveis, slides das teleaulas, materiais complementares, contatos.

14.2. SISTEMA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVO

O Sistema Acadêmico-Administrativo é o aplicativo que auxiliará na gestão acadêmica de matrícula, lançamento de notas e vinculação de professores e tutores, norteados os processos acadêmicos e administrativos. Será utilizado para interface entre instituição e polos de ensino, permitindo cadastros auxiliares, criação de estrutura organizacional, gestão de ambiente de aprendizagem e demais ações necessárias e inerentes a este sistema.

14.3. BIBLIOTECA

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral.

Na biblioteca é oferecido apoio bibliográfico ao desenvolvimento das atividades estudantis, como empréstimo de livros, manuais e revistas. A biblioteca disponibiliza consulta online ao sistema Gnuteca, acesso a bases de dados, periódicos e portais educacionais.

14.4. LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

O advento da tecnologia trouxe inúmeras ferramentas que possibilitam aos gestores das organizações o planejamento mais detalhado, com o objetivo de minimizar erros. Desta forma, o uso de laboratórios de informática será de fundamental importância para o desenvolvimento de pesquisa e atividades propostas pelas disciplinas constituintes do curso.

O campus conta com 3 laboratórios de informática, equipados por 20 computadores cada um. O software instalado é o Microsoft Office® e outros, licenciados, a pedido dos professores.

14.5. EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

O campus onde serão ministradas as aulas possui equipamentos de segurança exigidos para o seu funcionamento, tais como: extintores, hidrantes, lâmpadas de emergência, além de estacionamento fechado, guarita e vigilância.

14.6. RECURSOS DE HIPERMÍDIA

Há os seguintes recursos de hiperídia: Televisores, computadores, projetores multimídia, telas de projeção, estúdio completo de gravação, equipamentos para salas de EaD e de transmissão televisiva via satélite, com canal próprio, além de impressoras, scanners, entre outros.

15. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O IFRO *Campus* Porto Velho Zona Norte poderá proporcionar a oportunidade aos discentes de participar das diversas atividades extracurriculares relacionadas ao *Campus* e ao curso. Tais atividades são condicionadas às possibilidades do *Campus* e são opcionais aos discentes, sendo estas atividades orientadas pelos professores, inclusive com projetos específicos da instituição, visando ampliar a formação em aspectos acadêmicos, culturais e científicos.

Desta forma, o curso poderá ter as seguintes atividades complementares, dentre outras:

- Eventos de intercâmbio regional e nacional, que reúnam os docentes, cursistas de outros cursos de especialização similares.
- Mobilidade Estudantil inerente à pós-graduação nas modalidades Nacional e Internacional, conforme Resolução nº 14/2015.
- Eventos de educação em que haja discussão das temáticas de gestão de cooperativa.
- Participação em grupos de pesquisa, conforme Resolução nº 16/2015.
- Participação em projetos de pesquisa na área governança e/ou nos Programas Institucionais de Pesquisa-PIP, conforme Resolução nº 26/2015.
- Extensão correlata a Gestão de Cooperativa.
- Fóruns regionais e estaduais de Gestão de Cooperativas, entre outros.

16. EMBASAMENTO LEGAL

Dentre os documentos legais mais importantes e recorrentes para a orientação da prática educacional, constam os que seguem como exemplo para análise e seleção. Mas devem ser considerados ainda todos aqueles que, já existentes ou a serem criados e homologados, sejam determinados e determinantes como parâmetros para a atividade nas instituições públicas de ensino federal.

a) Resolução CNE/CES nº 1/2018: Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização; Lei n.9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

b) Decreto n. 5.154/04: regulamenta o parágrafo 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei 9.394/96;

c) Decreto 9057, de 25/05/2017: regulamenta a oferta de Educação à distância, conforme o artigo 80 da Lei 9.394/1996;

d) Lei n.11.892/08: cria os Institutos Federais;

e) Resolução Normativa nº 34/2014: regulamenta a atribuição de direitos sobre criações intelectuais originadas a partir dos instrumentos de fomento - auxílios e bolsas - disponibilizados pelo CNPq e a participação nos ganhos econômicos decorrentes da exploração de patente ou direito de proteção, conferidos a estas criações;

f) Lei n. 10.973/2004: dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências;

g) Resolução IFRO nº 17/2018: Dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

h) Resolução IFRO nº 08/2015: Dispõe sobre o Regulamento da Política de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

i) Resolução IFRO nº 14/2015: Dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;

j) Resolução IFRO nº 16/2015: Dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO;

k) Resolução IFRO nº 26/2015: Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa-PIP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

l) Resolução IFRO nº 31/2015: Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;

m) Tabela de classificação das áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/tabela-de-areas-de-conhecimento>>);

n) Portaria nº 328/MEC/2005: dispõe sobre o Cadastro de Pós-Graduação *Lato Sensu* e define as disposições para sua operacionalização;

o) Lei nº 13.005/2014: aprova o Plano Nacional de Educação;

p) Resolução IFRO nº 29/2018: Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia - 2018-2022.

17. REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>.

_____. Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>.

_____. Lei 11.741, de 16 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>.

_____. Lei 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>.

BRASIL. Secretaria de Educação a distância (Org.). Integração das Tecnologias na Educação. Integração das Tecnologias na Educação. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o futuro. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/imagens/livros/integracao-das-tecnologias-na-educacao.zip>>.

_____. Guia de Utilização do AVA para Cursos Presenciais com Aproveitamento de Carga Horária em EaD. Departamento de Produção de EaD. *Campus* Porto Velho Zona Norte: IFRO, 2013.

_____. Lei nº 13.005. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília – DF. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>.

_____. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies): Guia de orientações e procedimentos do Sies 2009/2010. Brasília: Senaes/MTE, 2009

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários À Prática Educativa. 32ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

GARDNER, Howard. Estruturas da Mente - A Teoria das Inteligências Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2012.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo, Ed. 34, 1999.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos e consultoria de Cristina Dias Alessandrini. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Plano de Desenvolvimento Institucional do IFRO – PDI. Resolução n. 29/CONSUP/IFRO, 2018. Disponível em: <http://pdi.ifro.edu.br/>.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia: Pôlemicas do nosso tempo. 32 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, S. (Org.) A diversidade agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006, p. 108-132.

SILVEIRA, Francisco Emanuel Cooperativismo no Estado de Rondônia: Principais Ramos de Atividades./ Francisco Emanuel Silveira. – Porto Velho, RO: UNIR, 2008.

TUDO. São Paulo: Abril Cultural, 1977.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique dos Santos, Vice-Presidente do Conselho**, em 21/12/2018, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0433578** e o código CRC **87CDC4C6**.

EMENTAS

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Metodologia da Pesquisa Científica	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
Fornecer instrumental analítico e metodológico que possibilite ao pós-graduando planejar, executar e avaliar projetos de pesquisas em Cooperativas.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender o processo de pesquisa científica em Ciências Sociais Aplicadas; ● Analisar os pressupostos do processo da pesquisa científica em Ciências Sociais Aplicadas, especialmente, em Gestão de Cooperativa; ● Discutir as alternativas metodológicas mais apropriadas a cada caso investigado; ● Compreender as etapas do processo de pesquisa, identificando os diferentes tipos de pesquisa quanto à sua abordagem, sua natureza, seus objetivos e seus procedimentos; ● Identificar os benefícios da aplicação desse ferramental no âmbito profissional; ● Elaborar um projeto de pesquisa contendo os elementos necessários desse tipo de trabalho científico; ● Aplicar as regras da redação científica e normas e padrões de trabalhos de pós-graduação lato sensu, conforme as normas da ABNT aplicáveis. 	
Ementa	
O papel da ciência. Tipos de conhecimento. Tipos, métodos e técnicas de pesquisa científica. Coleta e análise dos dados. Planejamento de pesquisa científica. Trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural.	
Referências básicas	
CERVO, Amando Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo, Pearson Prentice Hill, 2007. CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010 LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. VERGARA, Sylvia C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.	
Referências complementares	
BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2012. SIENA, Osmar. Metodologia da pesquisa científica: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho: [s.n.], 2007. Disponível em: http://www.mestradoadm.unir.br/site_antigo/doc/manualdetrabalhoademicoatual.pdf .	

PLANO DE DISCIPLINA	
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Introdução ao Estudo do Cooperativismo	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
Compreender o cooperativismo como forma de organização social e econômica baseada nos princípios de equidade, democracia, participação, ética, justiça e cooperação, com foco no valor ao trabalho humano.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Descrever conceitos, princípios, práticas, contexto histórico e o desenvolvimento do cooperativismo; ● Discutir o cooperativismo como uma forma alternativa de organização da sociedade; ● Explicar a necessidade da educação cooperativa para o trabalho no mundo; 	
Ementa	
Origens e evolução do pensamento cooperativista. Conceito e tipos de cooperativa. Cooperativismo no contexto econômico e social, mundial e brasileiro. Princípios e valores do cooperativismo. A dimensão econômica e social da empresa cooperativa. As relações sociais nas organizações autogestionárias. Tendências do cooperativismo contemporâneo.	
Referências básicas	
MENEZES, Antônio. Nos rumos do cooperativismo. Stilo. Brasília, 2005. RIOS, G. Sá Leitão. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense, 2007. SCHNEIDER, José Odelso. Educação Cooperativa e suas práticas. Editora Unisinos, Brasília, 2003. SORBILLE, Reinaldo N. A autogestão e o desafio da viabilidade econômica. In: PONTE JÚNIOR, Oscar de Sá. (Org). Mudanças no mundo do trabalho: cooperativismo e autogestão. Fortaleza: Expressão, 2000. P. 127-140.	
Referências complementares	
CARBONELL DE MASY, R. Moderna administração de empresas cooperativas agrárias. Porto Alegre: FDRH, 1979. 297 p. CHIAVENTO, I. Teoria geral da administração. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1993. 818 p. v. 2. PERIUS, V. F. Cooperativas de trabalho; manual de organização. Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v. 32, n. 97, 223 p., 1997. (Série Cooperativismo 41). HOLYOAKE, GEORGES J. Os 28 Tecelões de Rochdale. 6. ed. Porto Alegre: UNIMED, 2002. NAMORADO, Rui. Os Princípios Cooperativos. Coimbra: Centro de Estudos Cooperativos, 1995. PINHO, Diva Benevides. A Doutrina Cooperativa nos regimes capitalista e socialista. 2. ed. ver. Amp. São Paulo: Pioneira, 1966.	

PLANO DE DISCIPLINA	
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Tecnologia da Informação para Negócios	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
Compreender a importância da informação e da tecnologia como fator estratégico para o crescimento e o alto desempenho nas cooperativas.	
Objetivos específicos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os conceito e tipos de sistemas de informação; ● Compreender o processo de implementação e estruturação; ● Identificar novas tecnologias; ● Conceituar tomada de decisão com base em sistema de informação. 	
Ementa	
Sistemas de informação para cooperativas: conceito e tipos. Implementação e estruturação dos sistemas de informação. Tecnologia da Informação em negócios coletivos. Tomada de decisão estratégica com base nos Sistemas de informação.	
Referências básicas	
BEAL, Adriana Gestão estratégica da informação: Como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004. BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informação: Um enfoque gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. OLIVEIRA, Otávio J. Gestão Empresarial: Sistemas e Ferramentas. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.	
Referências complementares	
HOFFMAN, Andreas Roberto. PLANTULLO, Vicente Lentini. Sistemas de Informação: Fundamentos. 1. ed. Curitiba: Jurua Editora, 2012. MATTOS, Antônio Carlos. Sistemas da informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2005.	

PALMISANO, Angela; ROSINI, Alessandro Marco. Administração de Sistemas de Informação: e a Gestão do Conhecimento. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
 REZENDE, Denis Alcides; ABREU, Aline Franca de. Tecnologia da Informação: Aplicada a Sistemas de informação empresariais. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
 RIBEIRO, Arídio Silva Araújo; RODRIGUES, Luiz. Sistemas de Informação na Administração Pública. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Gestão Financeira	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
Compreender a composição dos recursos financeiros de uma cooperativa, quanto às fontes, controles e uso, visando direcionar a correta tomada de decisões para sua aplicação. Objetivos específicos <ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer a gestão e as finanças de uma cooperativa; ● Identificar os modelos de excelência de gestão; ● Relacionar os elementos que envolvem o capital de giro como: fontes de financiamento, caixa e estoque; ● Descrever os elementos de organização, compra e previsão de estoque; ● Operacionalizar os procedimentos de demonstração, método, controle e projeção do fluxo de caixa; ● Analisar o recebimento de contas da organização, quanto à concessão e política de crédito e cobrança; ● Interpretar os instrumentos de análise financeira visando a melhor rentabilidade da empresa; ● Diferenciar formas de aplicação de recursos. 	
Ementa	
Administração do Capital fixo e de giro. Gestão financeira estoques. Planejamento e Controle de Fluxo de Caixa. Administração de contas a receber. Apuração e Análise de Indicadores Financeiros.	
Referências básicas	
GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12o ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. HOJI, Masakazu. Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. LEME JUNIOR, Antônio Barbosa. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. São Paulo: Elsevier, 2010. MOREIRA, José Carlos. Orçamento empresarial: manual de elaboração. 5. ed. São Paulo: Atlas.	
Referências complementares	
GROPPELLI; NIKBAKHT, Ehsan. Administração Financeira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. LEME JUNIOR, Antonio Barbosa, CHEROBIM, Ana Paula, RIGO, Cláudio Miessa. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002. MOREIRA, José Carlos. Orçamento empresarial: manual de elaboração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002. PADOVEZE, Clóvis Luís. Introdução à administração financeira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. ROSS, Stephen A. et al. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 2002. SOUZA, Antônio. Gerência financeira para micro e pequenas empresas. 2a Ed. São Paulo: Elsevier, 2014	

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Análise Contábil das Cooperativas	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
Compreender os principais métodos utilizados pela ciência contábil para analisar e tomar decisão tendo como base as Demonstrações Contábeis. Objetivos específicos <ul style="list-style-type: none"> ● Identificar e compreender os componentes das demonstrações contábeis; ● Conceituar Análise das Demonstrações Contábeis; ● Compreender e elaborar os cálculos da Análise Vertical e Horizontal; ● Compreender, identificar e elaborar os cálculos dos Índices de Liquidez, Endividamento, Lucratividade, Rentabilidade e Atividade. 	
Ementa	
Interpretação das demonstrações contábeis. Análise das demonstrações contábeis. Análise vertical e horizontal. Índices de liquidez. Índices de endividamento. Índices de lucratividade. Índices de atividade.	

Referências básicas
<p>BORINELLI, Mário Luiz; PIMENTEL, Renê Coppe. Curso de Contabilidade para Gestores, Analistas e Outros Profissionais. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2010</p> <p>MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008</p> <p>MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>LOPES DE SÁ, Antônio. Moderna análise de balanços ao alcance de todos: com referências relativas à reforma das sociedades por ações - lei 11.638/07. 2. ed. rev. Atual. Curitiba: Juruá, 2008.</p>
Referências complementares
<p>ATKINSON, Anthony A.; BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S, Mark. Contabilidade gerencial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília/DF.</p> <p>CRUZ June Alisson W.; SCHIER, Carlos Ubiratan C. Schier; ANDRICH, Emir G. Contabilidade introdutória - descomplicada - com atualização da lei 11.638/2007. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2009.</p> <p>FRANCO, Hilário. Estrutura, análise e interpretação de balanços. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.</p> <p>IUDICÍBUS, Sérgio. Análise de balanços. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Legislação Cooperativista	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
<p>Compreender os conceitos básicos sobre sociedades cooperativas, diferenciando-a de outras pessoas jurídicas, bem como sua constituição, tributação e legislação.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os aspectos legais básicos para a constituição, desenvolvimento e extinção de entidades associativas, em especial, de cooperativas; ● Entender o processo de legalização das cooperativas brasileiras; ● Relacionar as etapas necessárias para constituição e legalização de cooperativas; ● Discutir os aspectos referentes a atuação cooperativista como elemento de organização e participação social; ● Estabelecer relações entre os direitos humanos e a garantia do uso social da terra; ● Atuar para dirimir conflitos e garantir o cumprimento da legislação. 	
Ementa	
<p>Regime jurídico das sociedades cooperativas. Regime trabalhista e tributário da sociedade cooperativa. Procedimentos de estruturação de uma cooperativa. Estatuto. Extinção, fusão e liquidação das cooperativas.</p>	
Referências básicas	
<p>ALMEIDA, Marcus Elidius Michelli de; BRAGA, Ricardo Peake (coord.). Cooperativas à luz do Código Civil - São Paulo: Quartier Latin, 2006.</p> <p>BECHO, Renato Lopes. Elementos de Direito Cooperativo. São Paulo: Dialética, 2002.</p> <p>MIRANDA, José Eduardo de; Galhardo, José Henrique da Silva; Vieira, Paulo Gonçalves Lins. Regime Jurídico da Sociedade Cooperativa. Juruá, 2013.</p> <p>SIQUEIRA, Paulo César Andrade. Direito Cooperativo Brasileiro Comentários à Lei 5.764/71. São Paulo: Dialética, 2004.</p>	
Referências complementares	
<p>ANCELES, Pedro Einsten Santos. Manual de Tributos na Atividade Rural. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.</p> <p>BULGARELLI, Waldírio. Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1965.</p> <p>BRASIL, LEI 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.</p> <p>_____, LEI 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos: Institui o Código Civil.</p> <p>KRUEGER, Guilherme. Ato Cooperativo e seu Adequado Tratamento Tributário. Belo Horizonte: Editora Mandamentos. 2004.</p> <p>LOUREIRO, Maria Rita. Cooperativas Agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1981.</p> <p>PINHO, Diva. Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas. Brasília: SESCOOP, 2002.</p> <p>RICCIARDI, Luiz. Cooperativismo, uma solução para os problemas atuais. OCEES. Vitória, 1990.</p>	

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
-------------------------------------------------------------------------------------	--

Disciplina: Planejamento Estratégico	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
Compreender elementos da formulação da estratégia organizacional utilizando como ferramenta o planejamento estratégico com foco no aumento da competitividade. Objetivos específicos <ul style="list-style-type: none"> ● Explicar o processo de competitividade empresarial; ● Distinguir estratégias, posicionamento estratégico, administração estratégica e pensamento estratégico. ● Descrever o processo de planejamento estratégico. ● Elaborar o Planejamento Estratégico; 	
Ementa	
Conceitos e pressupostos da formulação estratégica. Etapas do Planejamento estratégico. Métodos de elaboração do plano estratégico. Implementação e gerenciamento do plano estratégico. O Planejamento Estratégico como instrumento de Gestão e aprendizagem organizacional.	
Referências básicas	
CUSUMANO, Michael; MARKIDES, Constantinos. Pensamento estratégico. Rio de Janeiro: Campus, 2002. HITT, Michael; HOSKISSON, Robert; IRELAND, R. Duane. Administração estratégica. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2003. OLIVEIRA, Djalma P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2001. SERRA, Fernando; TORRES, Maria Cândida; TORRES, Alexandre P. Administração estratégica. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2003.	
Referências complementares	
OOLEY, Graham; SAUNDERS, John. Pensamento competitivo. São Paulo: Makron Books, 1996. KOTLER, Philip. Marketing essencial. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. LACOMBE, Francisco; HEILBORN, Gilberto. Administração: princípios e tendências. São Paulo: Saraiva, 2006. MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000. ROBBINS, Stephen P. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2006.	

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Gestão Estratégica de Pessoas	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
Analisar os instrumentos relativos ao alinhamento da gestão estratégica de pessoa, de modo a contribuir para seu desenvolvimento e aperfeiçoamento das cooperativas. Objetivos específicos <ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os conceitos e técnicas mais importantes da gestão de pessoas; ● Compreender conceitos e problemas da gestão estratégica de pessoas. ● Dominar as técnicas utilizadas na gestão de pessoas voltadas para cooperativas; 	
Ementa	
Gestão Estratégica de Pessoas no modelo cooperativo. Subsistemas da Administração de Recursos Humanos. Tendências na Gestão de Pessoas.	
Referências básicas	
BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 3. ed. rev. atual. Caxias do Sul: Educs, 2010. BITENCOURT, Claudia. Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. DUTRA, Joel S.; FLEURY, Maria Teresa L.; RUAS, Roberto. Competências: conceitos, métodos e experiências. São Paulo, Atlas, 2008. ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Brasil). Experiências de avaliação de desempenho na Administração Pública Federal. Brasília: ENAP, 2000. 94 p. (Cadernos ENAP, 19). ROBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.	
Referências complementares	
LONGO, Francisco. Mérito e flexibilidade: a gestão das pessoas no setor público. Traduzido do original: Mérito y flexibilidad: la gestión de las personas en las organizaciones del sector público. São Paulo: FUNDAP, 2007. 245 p. ISBN 9788572851022. LONGO, Francisco. Metodologia para avaliação da gestão dos recursos humanos no setor público. [Analytical framework for institutional assessment of civil service systems]. Traduzido por: José Mariano Tavares Júnior. Natal: SEARH/ RN, 2007. 132 p. Originalmente apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - Barcelona - 2002. NOGUEIRA, Maria da Glória Gonçalves; SILVA, Marlene Figueira da. A remuneração do servidor	

público: elementos para definição da hierarquia e remuneração de cargos e carreira. Campo Grande: UNIDERP, 2007. 116 p. ISBN 9788577041046.
 OCDE. Desenvolvimento recente na gestão dos recursos humanos nos países-membros da OCDE - Serviço de Gestão Pública/ Comitê de Gestão Pública - PUMA/OCDE. Revista do Serviço Público - RSP, Brasília: ENAP, v. 52, n. 2, p. 49- 68, abr./jun. 2001. Download do arquivo.

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Estratégia de Marketing	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
<p>Dominar os conceitos básicos da Gestão estratégica de Marketing, destacando a importância da ação voltada para as cooperativas como elemento essencial da estratégia organizacional.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os conceitos e técnicas mais importantes de Marketing; • Dominar as técnicas utilizadas na tomada de decisões de marketing; • Compreender conceitos e problemas de marketing referentes ao papel do gestor de cooperativas. 	
Ementa	
Fundamentos e cultura de marketing. Ferramentas de marketing e sua aplicação. Gerenciamento do processo de marketing: Informações e Feedback, Monitoramento e avaliação de desempenho e desenvolvimento de Plano de Marketing para cooperativas.	
Referências básicas	
CHURCHILL JR, Gilbert A. Marketing: criando valor para os clientes. Saraiva, 2000. CZNKOTA, M.R. Marketing: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2001. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços. Editora Atlas SA, 2000. KOTLER, P. & Keller, K.L. Administração de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2005. KOTLER, Philip. Marketing no setor público. Porto Alegre: Bookman, 2008.	
Referências complementares	
COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. São Paulo: Cobra, 2003. PENTEADO, José Roberto Whitaker. Marketing no Brasil não é fácil. Rio de Janeiro: LTC, 1990. SHIRAIISHI, Guilherme. Administração de Marketing. 1. ed. São Paulo: Pearson Brasil., 2012. ZENOME, Luiz Cláudio. Marketing social. São Paulo: Thomson Learning, 2006.	

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Governança Corporativa	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
<p>Compreender a contribuição da Governança Corporativa na gestão da operacionalização da cooperativa.</p> <p>Objetivos específicos</p> <p>Identificar os princípios da Governança Corporativa;</p> <p>Compreender o papel da Governança Corporativa no conflito de agências;</p> <p>Conhecer as estruturas de governança corporativa.</p>	
Ementa	
Princípios de Governança Corporativa. Evolução do conceito e das práticas no Brasil. Conflito de agência e o sistema de Governança Corporativa: conceito básico, componentes e relacionamentos. Estrutura de governança corporativa: Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Auditoria interna e externa. As práticas de governança e a evolução das empresas. Ambiente regulatório. O código de melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG).	
Referências básicas	
ARAUJO, Luis Cesar G. de. Teoria geral da administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. 2. ed. Editora Atlas: São Paulo, 2014 MATIAS-PEREIRA, José. Governança no setor público. Ed. Atlas: São Paulo. SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática. 2. ed. Ed. Elsevier: Rio de Janeiro, 2015.	
Referências complementares	
BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira; BERNARDES, Patrícia; BRANDÃO, Mônica Mansur. Políticas e práticas de governança corporativa em empresas brasileiras de capital aberto. Revista de Administração - RAUSP, vol. 41, núm. 2, abril-junio, 2006, pp. 183-196	

SROUR, Gabriel. Práticas diferenciadas de governança corporativa: um estudo sobre a conduta e a performance das firmas brasileiras. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 635-674, Dec. 2005.

PLANO DE DISCIPLINA Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> MBA em Gestão de Cooperativa	
Disciplina: Gestão de Projetos	Carga Horária: 30
Objetivo geral	
<p>Conhecer os principais conceitos e métodos e práticas sobre gestão de projetos e entender sua aplicabilidade para melhoria dos resultados da gestão em cooperativa.</p> <p>Objetivos específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entender os conceitos básicos relativos a gestão de projetos; • Identificar métodos e técnicas de gestão de projetos aplicáveis ao setor de cooperativa; • Analisar a contribuição e efetividade da gestão de projetos para a melhoria de resultados na gestão. 	
Ementa	
Definição, contextualização, abordagens, estrutura e ciclo de vida do projeto. Teoria e roteiro prático para a administração de projeto em cooperativas. Escopo do projeto. Processos da administração da qualidade do projeto. Planejamento de tempo e custo. Elaboração e avaliação de planos de projetos. Execução, controle e gerenciamento do projeto.	
Referências básicas	
<p>CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR. Roque. Fundamentos em Gestão de Projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>MOLINARI, Leonardo. Gestão de Projetos: teorias, técnicas e práticas. 1. ed. São Paulo: Ed. Erica, 2010.</p> <p>TREFF, Lilian; BATTISTELLA, Linamara Rizzo. Inovação em Gestão de Projetos na Administração Pública. Brasport, Rio de Janeiro, 2013.</p>	
Referências complementares	
<p>KRAMMES, Alexandre Golin. Gerenciamento do Escopo em Projetos Originados por Meio de Licitação. Revista de Gestão e Projetos, v. 4, n. 3, p. 30, 2013.</p> <p>REZENDE, Denis Alcides. Planejamento Estratégico Público ou Privado. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, A. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Campus, 2004.</p>	

APÊNDICE A - Plano de Ensino

IDENTIFICAÇÃO				
Curso:		Modalidade:		
Disciplina:	Ano/Semestre:	CH:		
Professor:				
OBJETIVOS				
GERAL:				
ESPECÍFICOS:				
EMENTA				
AULA				
Conteúdo da webaula	Data	CH		
a)				
b)				
c)				
ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO AVA				
Atividade	Data de início	Data de entrega	Orientações/Tema	CH

METODOLOGIA GERAL
RECURSOS BÁSICOS
AVALIAÇÃO
Critérios/Instrumentos
REFERÊNCIAS BÁSICAS
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
PARECER DA COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO
() Deferido () Indeferido.

APÊNDICE B - Termo de Compromisso com o Curso (de cada docente comprometendo-se a preparar material didático e ministrar disciplina, cumprindo sua respectiva carga horária).

Termo de Compromisso (Professor)

Eu, _____, Professor (a) do Curso de _____ desta Instituição, declaro para os devidos fins, estar de acordo em preparar material didático e ministrar a disciplina _____, cumprindo com sua carga horária de _____.

Local, _____ de _____ de 20 __.

Assinatura do Professor
Assinatura do Coordenador do Curso

APÊNDICE C - Modelo de Termo de Compromisso – TCC (Aluno)

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO (ALUNO)

Eu, _____, aluno (a) do Curso de _____ desta Instituição, comprometo-me a cumprir as exigências para a elaboração e apresentação escrita e oral do Trabalho de Conclusão de Curso, respeitando prazos e normas técnicas

para a elaboração de trabalhos acadêmicos, reconhecendo a autoria de conceitos, idéias e pesquisas anteriores à que realizarei, zelando pela contribuição técnico-científica e social e pelo padrão de qualidade das pesquisas do IFRO.

Local, _____ de _____ de 200 ____.

Assinatura do(a) aluno (a): _____

APÊNDICE D - Modelo de Termo de Aceite para Orientação TCC (Professor)

TERMO DE ACEITE

Eu, _____, professor (a) do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em _____, declaro que aceito orientar o aluno (a) abaixo relacionado(a).

Aluno	Título do TCC

Local, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) Professor(a) Orientador(a):

Assinatura do Coordenador(a) do Curso:

Assinatura do Professor de TCC

APÊNDICE E: Declaração de desligamento de Orientação

DECLARAÇÃO DE DESLIGAMENTO DE ORIENTAÇÃO

Eu, _____, professor, declaro desligamento da orientação do Trabalho de Conclusão de Curso do cursista _____, matriculado no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em _____, desta Instituição. Os _____ motivos da _____ desistência são _____ os seguintes:

Local, _____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) professor(a) orientador(a)

APÊNDICE F - Ficha de Acompanhamento de Orientação

IDENTIFICAÇÃO				
Orientador				
Cursista				
Título do trabalho				
ATIVIDADES				
Data	Atividade	Horário (início e Fim)	Assinatura do aluno	Assinatura do professor

Assinatura do(a) Orientador(a)

APÊNDICE G - Sugestão de Ficha de Avaliação para TCC

IDENTIFICAÇÃO			
Acadêmico			
Orientador			
Título do Trabalho			
	ITEM	PONTUAÇÃO	
		PREVISTA	OBTIDA
1	Relevância científica da pesquisa e sua relação com a prática educativa em sala de aula ou ambiente congênere	10	
2	Delimitação do tema, formulação do problema, objetivos e justificativa	10	
3	Fundamentação teórica	10	
4	Metodologia empregada	10	
5	Discussão sobre os resultados da pesquisa	20	
6	Conclusão	10	
7	Originalidade, criatividade e atendimento à norma-padrão da Língua Portuguesa	10	
8	Formatação (estética e atendimento às normas da ABNT)	5	
9	Referenciais	5	
10	Coesão e coerência	10	
TOTAL		100	
Parecer final:			
Observações:			
Assinatura da Comissão Avaliadora			
Avaliador 1		Avaliador 2	Avaliador 3

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Curso

APÊNDICE H - Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está sendo apresentado em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o (a) Orientador(a) da pesquisa, Prof^o _____ telefone _____ e/ou Coordenador do Curso telefone _____

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: _____

Pesquisador Responsável : _____

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): _____

Pesquisadores participantes: _____

Telefones para contato : _____

Descrição da pesquisa, objetivos, detalhamento dos procedimentos, forma de acompanhamento (informar a possibilidade de inclusão em grupo controle se for o caso);

Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas.

Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa.

Explicar procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos.

Esclarecimento do período de participação, término, garantia de sigilo, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Em caso de pesquisa onde o sujeito está sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, apresentar a garantia expressa de liberdade de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento/ tratamento usual

Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ n., abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Local e data _____

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar

Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações complementares

**APÊNDICE I - Modelo de Termo de Cessão de Direitos Autorais
(Registrar em cartório)**

Pelo presente instrumento particular, de um lado (Nome completo e por extenso do autor), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF n. (...), Cédula de Identidade RG n. (...) residente e domiciliado à Rua (...), na cidade de (...), Estado de (...), denominado CEDENTE, de outro lado o **INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA**, Pessoa Jurídica de direito público, CNPJ nº 10.817.343/0001-05, com sede a Av. Jorge Teixeira, 3146 - Setor Industrial - Porto Velho - RO CEP: 76821002, doravante denominada **IFRO**, neste ato Representada por (...), função (...), Portador da Cédula de Identidade n(...), inscrito no CPF sob o n. (...), neste ato legal e estatutariamente representada, denominada **CESSIONÁRIA**, têm, entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito, o seguinte:

Cláusula 1º - O CEDENTE, titular dos direitos autorais sobre (...), cede, a título gratuito, à **CESSIONÁRIA** o direito exclusivo de edição, reprodução, impressão, publicação e distribuição, em língua portuguesa, sobre o mesmo, nos termos da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

Cláusula 2º - A CESSIONÁRIA fica autorizada pelo CEDENTE a promover quantas edições, totais ou parciais, se fizerem necessárias e em qualquer número de exemplares, bem como, a distribuição da mesma, abdicando de seus direitos e de seus descendentes.

Cláusula 3º - Fica eleito o foro do juízo da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Velho, RO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Termo.

E por estarem em pleno acordo com o disposto neste instrumento particular, CEDENTE e CESSIONÁRIA assinam na presença de duas testemunhas abaixo, destinando-se uma via para cada uma das partes contratadas neste instrumento.

Local, _____ de _____ de 20__.

CEDENTE: _____

CESSIONÁRIA: _____

TESTEMUNHAS

1 - _____
CPF N.º.

2 - _____
CPF N.º.

APÊNDICE J - Ata de defesa do TCC

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 20__, na sala _____ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus _____, o(a) aluno(a) _____ defendeu o Trabalho intitulado "_____".
_____ na presença da Banca avaliadora formada por _____ (presidente/orientador(a)), Prof _____ (membro) e Profª _____ (membro). O trabalho foi aprovado sob média _____ (_____), e deverá ser entregue impresso e em CD com as devidas correções indicadas pela banca (caso necessário), no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da presente data.

BANCA:

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Instituição
Presidente

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Instituição
Membro

Prof.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Instituição
Membro

ANEXO K – AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA

Eu, _____, orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado _____ realizado pelo aluno _____, matrícula _____, autorizo a entrega da versão final, no modelo de: _____
() Artigo () Outro () _____.

Local, _____ de _____ de _____

Professor Orientador-----
(Preenchimento pela Biblioteca)

Eu, _____, matrícula _____, informo que o(a) aluno(a) _____ autor do trabalho de conclusão de curso intitulado _____ entregou

o TCC nesta biblioteca obedecendo os seguintes critérios:

- TCC em versão digital contendo ficha catalográfica e folha de aprovação assinada;
- Autorização para publicação em meio eletrônico.

Assim, o aluno está com a situação REGULAR, no que se refere ao TCC.

Local, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) recebedor(a)**ANEXO L - AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO EM MEIO ELETRÔNICO**

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia a publicar em ambiente digital institucional, de acesso livre, sem ressarcimento dos direitos autorais previstos na Lei nº 9610/98 e em outras que regulem ou vierem a regular a matéria, o texto integral do Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em _____, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura e/ou impressão, a título de divulgação da produção científica brasileira.

Tipo de trabalho:
Curso de Pós-graduação:
Campus:
Autor:
CPF:
Telefone:
E-mail:
Nome para citação:
Orientador:
Instituição:
e-mail*:
Co-orientador:
Instituição:
e-mail*:
Membro da banca:
Instituição:
Membro da banca:
Instituição:
Título Obtido:
Data da apresentação: / /
Título do trabalho:
Palavras-chave:
Grande área (tabela área de conhecimento CAPES):
Nome do arquivo em PDF:
Divulgação do e-mail do autor na página () Sim () Não

Local, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) autor(a)